



ENTIDADE DAS CONTAS E FINANCIAMENTOS POLÍTICOS

Decisão da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos relativa às Contas da Campanha Eleitoral para a Eleição para Assembleia da Região Autónoma dos Açores 2020, realizada em 25 de outubro de 2020, apresentadas pela Coligação PPM.CDS-PP “Mais Corvo”

PA 09/ALRAA/20/2020

dezembro/2024



Índice

Índice	1
Lista de siglas e abreviaturas.....	2
1. Introdução, apresentação da informação financeira e âmbito do trabalho de auditoria	3
2. Limitações ao âmbito dos trabalhos de auditoria, situações de impossibilidade de extração de conclusões, erros ou incumprimentos verificados relativamente às Contas de Campanha, identificados no Relatório da ECFP e reanalisados, atentos os elementos constantes do processo.	3
2.1. Deficiências no processo de prestação de contas – demonstrações financeiras da campanha (Ponto 4.1. do Relatório da ECFP)	3
2.2. Incumprimento do regime legal relativo às receitas de campanha – contribuições de partidos políticos (Ponto 4.2. do Relatório da ECFP).....	5
2.3. Ausência de entrega de suporte documental de algumas despesas (Ponto 4.3. do Relatório da ECFP).....	6
2.4. Ausência de comunicação de todas as ações e meios de campanha (Ponto 4.4. do Relatório da ECFP).....	7
3. Decisão	8



Lista de siglas e abreviaturas

ALRAA 2020	Eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020
Coligação	PPM.CDS-PP “Mais Corvo”
ECFP	Entidade das Contas e Financiamentos Políticos
IAS	Indexante dos apoios sociais (artigo 2.º, da Portaria n.º 27/2020, de 31 de janeiro)
Lei n.º 19/2003	Lei n.º 19/2003, de 20 de junho
LO n.º 2/2005	Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de janeiro
Listagem n.º 2/2020	Listagem n.º 2/2020, de 20 de maio de 2020, publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 117, de 18 de junho de 2020
PA	Procedimento de Apreciação de Contas de Campanha Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 25 de outubro de 2020 da Coligação PPM.CDS-PP “Mais Corvo”
PPM	Partido Popular Monárquico
SMN	Salário Mínimo Nacional



1. Introdução, apresentação da informação financeira e âmbito do trabalho de auditoria

A ECFP concluiu a elaboração do Relatório previsto no artigoº 41.º, n.º 1, da LO 2/2005 a 06/06/2024, relativo às contas da campanha da eleição para a Assembleia da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020, apresentadas pela **Coligação PPM.CDS-PP “Mais Corvo”**, daqui em diante designada por **Coligação**, ou apenas por **Candidatura**. Nesse seguimento, a Candidatura foi notificada nos termos e para os efeitos previstos no n.º 2 da mesma disposição legal, tendo exercido o seu direito de pronúncia.

Atento o procedimento previsto na LO 2/2005, cumpre proferir a decisão final no mesmo, nos termos do artigoº 43.º do citado diploma, na redação que lhe foi dada pela LO 1/2018.

Ao nível da informação financeira e do âmbito do trabalho de auditoria, objeto de relato no ponto 3. do Relatório da ECFP, remete-se para a mesma (art.º 153.º, n.º 1, 2.ª parte, do CPA), dado que as situações ali descritas ou não são controvertidas ou, sendo controvertidas, serão analisadas infra por referência ao ponto 4. do mesmo Relatório.

2. Limitações ao âmbito dos trabalhos de auditoria, situações de impossibilidade de extração de conclusões, erros ou incumprimentos verificados relativamente às Contas de Campanha, identificados no Relatório da ECFP e reanalisados, atentos os elementos constantes do processo.

2.1. Deficiências no processo de prestação de contas – demonstrações financeiras da campanha (Ponto 4.1. do Relatório da ECFP)

Decorre do artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003, que nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística, por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas receitas e despesas, as quais devem ser discriminadas nos termos do artigo 12.º, n.º 3, alíneas b) e c), *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, ambos da Lei n.º 19/2003.

No caso, a Candidatura no seu processo de prestação de contas da campanha eleitoral apresentou os seguintes documentos que se encontram incompletos:



A. Anexo às demonstrações financeiras

O Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados faz parte do conjunto de demonstrações financeiras a apresentar no processo de prestação de contas. Este documento deve respeitar o detalhe previsto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo, publicada no Aviso 8259/2015 de 29/07), nomeadamente nas alíneas b) e c) do parágrafo 4.18, designadamente apresentar informação acerca das bases de preparação das demonstrações financeiras, bem como proporcionar informação adicional relevante para uma melhor compreensão quer do Balanço quer da Demonstração dos Resultados, e que permita divulgar toda a informação que não seja apresentada no balanço e na demonstração dos resultados e informação adicional que não se encontre refletida nestas demonstrações financeiras, mas que seja relevante para uma melhor compreensão das mesmas.

In casu, a Candidatura apresentou o Anexo às contas de Campanha sem informação quanto à assunção do resultado da campanha pelo Partido Popular monárquico (cfr. fls. 50 do PA).

B. Anexos XI Conta – Mapa Receitas de Campanha e XII Conta – Mapas Despesas de Campanha

- i. A Candidatura apresentou o “Anexo XI – Conta – Receitas de Campanha” sem que nele conste a assinatura do Mandatário Financeiro e a data (cfr. fls. 71 do PA), e;
- ii. A Candidatura apresentou os Mapas de despesas gerais e analíticos (“Anexo XII – Conta – Despesas de Campanha” e mapas M6, M7, M8, M9, M10, M11 e M12) sem que neles conste também a assinatura do Mandatário Financeiro e a data (cfr. fls. 69 e 73 a 79 do PA).

As situações *supra* descritas configuram o incumprimento do artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003.



Face à inexistência de resposta por parte da Coligação e seu mandatário financeiro, não tendo sido exercido o direito ao contraditório, mantém-se a irregularidade apurada, por violação do artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 19/2003, *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma.

2.2. Incumprimento do regime legal relativo às receitas de campanha – contribuições de partidos políticos (Ponto 4.2. do Relatório da ECFP)

Nos termos do artigo 16.º, n.º 1, alínea b), da Lei n.º 19/2003, as atividades da campanha eleitoral podem ser financiadas por contribuições de partidos políticos.

Do n.º 2 do citado artigo resulta a obrigatoriedade de que todas as contribuições dos partidos às campanhas, dotações provisórias e contribuições previstas na alínea b) do número anterior, sejam certificados por documentos emitidos pelos órgãos competentes do respetivo partido.

Por sua vez, decorre do artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 19/2003, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, que nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística, por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas receitas e despesas.

No que tange às receitas da campanha, verificou-se que o PPM efetuou as seguintes contribuições para a conta bancária de campanha, com o IBAN 0, aberta junto do banco “Caixa Geral de Depósitos, S.A.”, perfazendo o valor total de 11.110,00€ (cfr. fls. 48 do PA e extratos bancários de fls. 16 e 17, do Anexo I do PA):

- A.** Em 10 de fevereiro de 2021, transferência bancária no valor de 4.800,00€;
- B.** Em 12 de abril de 2021, transferência bancária no valor de 2.170,00€;
- C.** Em 7 de maio de 2021, transferência bancária no valor de 2.500,00€, e;
- D.** Em 8 de junho de 2021, transferência bancária no valor de 1.640,00€.

Da análise efetuada às contribuições *supra* identificadas verificou-se que não foi disponibilizado documento, emitido pelos órgãos competentes do respetivo Partido, que comprove e legitime a disponibilização dos referidos montantes.



A ausência de entrega da referida documentação configura um incumprimento do regime legal previsto no artigo 16.º, n.º 2, da Lei n.º 19/2003.

Face à inexistência de resposta por parte da Coligação e seu mandatário financeiro, não tendo sido exercido o direito ao contraditório, mantém-se a irregularidade apurada, por violação do artigo 16.º, n.º 2, da Lei n.º 19/2003.

2.3. Ausência de entrega de suporte documental de algumas despesas (Ponto 4.3. do Relatório da ECFP)

Decorre do já referido dever genérico de organização contabilística que a contabilidade deve refletir, designadamente, todas as suas receitas e despesas e que a estas subjaza um suporte documental que permita a sua comprovação.

Nos termos do artigo 19.º, n.º 2, da Lei n.º 19/2003, as despesas de campanha eleitoral são discriminadas por categorias com a junção de documento certificativo em relação a cada ato de despesa. Assim, as despesas de campanha devem estar devidamente documentadas.

Do parágrafo 33 da Estrutura Conceptual do SNC, resulta que toda a informação deve representar fidedignamente as transações e outros acontecimentos que ela ou pretenda representar ou que possa razoavelmente esperar-se que ela represente.

Em consonância com o exposto, extrai-se que somente com a entrega do suporte documental se pode ter como comprovadas e discriminadas as despesas efetivamente realizadas.

No caso, foram registadas no “Mapa M9 – Comícios, espetáculos e caravanas” e na contabilidade, na subconta “22110004 – Fornecedores-Conta-corrente-Gerais-CARLOS REIS UNIPessoal LDA”, as seguintes despesas sem suporte documental (cfr. fls. 49 e 87 do PA):

- A.** Despesa do fornecedor Carlos Reis, Unipessoal, Lda., com o descritivo “Refeições”, no montante de 300,00€, com data de 23/10/2020 e liquidada através de transferência bancária em 10 de fevereiro de 2021 (cfr. fls. 16 do Anexo I);



- B.** Despesa do fornecedor Carlos Reis, Unipessoal, Lda., com o descritivo “Refeições”, no montante de 349,90€, com data de 23/10/2020 e liquidada através de transferência bancária em 10 de fevereiro de 2021 (cfr. fls. 16 do Anexo I).

Pelo exposto, a ausência de entrega do suporte documental das referidas despesas representa um incumprimento dos artigos 12.º, n.ºs 1 e 2, da Lei 19/2003, ex vi 15.º, n.º 1, e do artigo 19.º, n.º 2, do mesmo dispositivo legal.

Face à inexistência de resposta por parte da Coligação e seu mandatário financeiro, não tendo sido exercido o direito ao contraditório, mantém-se a irregularidade apurada, por violação dos artigos 12.º, n.ºs 1 e 2, da Lei 19/2003, ex vi 15.º, n.º 1, e do artigo 19.º, n.º 2, do mesmo dispositivo legal.

2.4. Ausência de comunicação de todas as ações e meios de campanha (Ponto 4.4. do Relatório da ECFP)

Nos termos do artigo 16.º, n.º 1, da Lei Orgânica n.º 2/2005, os partidos políticos e coligações que apresentem candidaturas às eleições estão obrigados a comunicar à Entidade as ações de campanha eleitoral que realizem, bem como os meios nelas utilizados, que envolvam um custo superior a um salário mínimo (cfr. Decreto-Lei n.º 167/2019, de 21 de novembro, que fixa o valor em 635,00€, para o ano de 2020).

A Candidatura não procedeu à comunicação de nenhuma ação de campanha realizada e meio nela utilizado. Todavia, registou nas contas uma despesa do fornecedor “Accional – Publicidade e Comunicação Visual, Lda.”, suportada pela fatura “FA 20SMS/622”, com data de 21/10/2020, no valor de 4.145,66€ (cfr. fls. 16, do Anexo I, fls. 90 e 117 do PA juntar fatura), na qual constam, e no que ora releva, os seguintes meios de campanha com valor superior a uma salário mínimo nacional:

- (i) 1.000 unidades de T-shirts Keya branca (STOCK), no valor total de 1.768,00€;
- (ii) 200 unidades de Guarda-Chuvas com impressão a 1 cor, no valor total de 831.30€.



Note-se que a aquisição de meios de campanha de valores superiores ao valor do SMN que tenham sido utilizados em ação/ações de campanha realizadas implica que estes devem ser comunicados para efeitos do disposto no artigo 16.º, n.º 1, da LO n.º 2/2005.

Assim, a ausência de comunicação de ações de campanha eleitoral que realizem, bem como os meios nelas utilizados, que envolvam um custo superior a um salário mínimo consubstancia o incumprimento do artigo 16.º, n.º 1, da LO n.º 2/2005. Esclarece-se, desde já, que, de acordo com a mais recente jurisprudência do Tribunal Constitucional (cfr. Acórdãos n.ºs 870/2023, 872/2023, 873/2023 e 875/2023, 876/2023), e sem prejuízo dos meios que, pela sua natureza, se configuram necessariamente como meios de uma ação de campanha, como é o caso dos autos, determinante para efeitos de verificação do cumprimento do dever de comunicação previsto no referido artigo 16.º, n.º 1, é a demonstração de qual a ação de campanha realizada em que os referidos meios foram utilizados.

Face à inexistência de resposta por parte da Coligação e seu mandatário financeiro, não tendo sido exercido o direito ao contraditório, mantém-se a irregularidade apurada, por violação do artigo 16.º, n.º 1, da LO n.º 2/2005.

3. Decisão

Atentos os elementos recolhidos e analisados em sede de auditoria, a sua sistematização no âmbito do Relatório efetuado, os esclarecimentos ulteriores prestados pela **Coligação** e a sua análise supra, verifica-se que se está perante uma situação de contas prestadas com irregularidades (artigo 43.º, n.º 1, da Lei Orgânica 2/2005):

- a) Verificam-se deficiências no processo de prestação de contas, designadamente nas demonstrações financeiras da campanha (ver ponto 2.1.);
- b) Verifica-se um incumprimento do regime legal relativo às receitas de campanha provenientes de contribuições de partidos políticos (ver ponto 2.2.);
- c) Verifica-se incumprimento pela ausência de entrega de suporte documental de algumas despesas (ver ponto 2.3.);



- d) Verifica-se um incumprimento pela ausência de comunicação das ações e meios de campanha (ver ponto 2.4.).

Notifique-se, nos termos do n.º 3 do artigo 43.º da Lei Orgânica 2/2005.

Extraia-se certidão para os efeitos previstos no artigo 44.º da Lei Orgânica 2/2005.

Lisboa, 20 de dezembro de 2024

Entidade das Contas e Financiamentos Políticos

Carla Cardador
(Presidente)

João Pires
(Vogal, ROC)